

O IMPACTO QUE A REDUÇÃO DA TAXA SELIC GERA NOS BANCOS COMERCIAIS PÚBLICOS E PRIVADOS FRENTE ÀS ORGANIZAÇÕES NA CIDADE DE FRANCA

Bruna Mendes Silva
Pedro Cunha Teodoro
Rafaela Cintra Cunha¹

Orientador: José Alfredo de Pádua Guerra

RESUMO: O objetivo deste artigo é identificar os impactos de âmbito positivo e negativo que a redução da taxa SELIC gera na gestão e desenvolvimento das organizações na cidade de Franca. Através do presente trabalho pode-se, por meio de uma pesquisa de campo realizada nas organizações e nos bancos comerciais públicos e privados da cidade de Franca, conhecer a opinião dos sócios diretores das organizações e superintendentes dos bancos que, aliado a um estudo bibliográfico, explicativo e descritivo, possibilita estudar o Sistema Financeiro Nacional e mecanismos de regulação por parte dos gestores da política econômica além de compreender a gestão das políticas de intervenções públicas para constatar sua efetividade no cenário nacional. O artigo versa que a redução da taxa SELIC tende a provocar impactos positivos às organizações, tais como redução de custos, podendo levar ao aumento da margem de lucro, bem como à alternativas para melhores negociações; amplia a demanda, gerando um fluxo maior de clientes; intensifica o poder de barganha das empresas em relação aos seus fornecedores, viabilizando a integração do planejamento aos objetivos almejados; e estende o investimento por parte das organizações. A amostra compreende dois gestores de empresas de cada segmento (setor primário, secundário e terciário) e dois superintendentes de bancos comerciais da cidade de Franca.

Palavras-chave: taxa SELIC; impacto; organizações; bancos; administrador.

ABSTRACT: The purpose of this article is to identify the impacts of positive and negative context that the reduction in the Selic rate generates the management and development of organizations in the city of Franca. Through this work, we can, by means of field research conducted in organizations and public and private commercial banks in the city of Franca, know the opinion of the directors of the organizations members and superintendents of banks, together with a bibliographic, explanatory and descriptive study enables the Financial System and regulatory mechanisms by managers of economic policy in addition to understanding the management of public policy interventions to observe its effectiveness on the national scene. The article deals with the reduction of the SELIC rate tends to produce positive impacts on organizations, such as cost reduction, which can lead to increased profit margin as well as the best alternative to negotiations; demand expands, causing an increased flow of customers, enhances the bargaining power of

¹Alunos regularmente matriculados no 7º semestre do Curso de Administração de Empresas – diurno – do *Uni-Facef Centro Universitário de Franca*.

companies in relation to their suppliers, enabling integrated planning for desired goals, and extends the investment by organizations. The sample comprises two business managers of each segment (the primary, secondary and tertiary) and two superintendents of city commercial banks of Franca.

Keywords: SELIC rate; impact; organizations; banks; administrator.

Introdução

A saber, para estudar os impactos da redução da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia frente às organizações faz-se necessário um embasamento no que diz respeito à economia como um todo, através de quais instrumentos o governo age, suas expectativas e influências. Também é primordial elaborar um estudo profundo a respeito das políticas de intervenção pública em âmbito federal, tais como a oscilação da taxa SELIC, o impasse do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, o *spread* bancário, entre outros mecanismos que agem através dos bancos comerciais, tanto públicos quanto privados, até atingirem a gestão das organizações.

A taxa SELIC, os juros básicos do país, é utilizada para controlar a inflação. Ao se elevar a taxa, os juros da economia "real" acompanham e, em geral sobem, o que estimula a poupança - que renderia mais em diversas aplicações - e encarece as compras, que embutem juros maiores em financiamentos, por exemplo. No caminho inverso, sua redução estimula o consumo e a economia, além de provocar redução de custos às empresas, podendo levá-las ao aumento da margem de lucro, amplia a demanda e intensifica o poder de barganha das organizações em relação aos seus fornecedores.

Uma organização é complexa, e o gestor deve ter em mente que é necessário evoluir sempre a fim de acompanhar a globalização e obter resultados em sua empresa, resultados esses que não se limitam ao lucro, mas abrangem toda uma cultura organizacional. Para conseguir equilibrar as várias facetas de uma empresa e criar dentro dela fortes elos, é de suma importância que se saiba o quanto a entidade é vulnerável ao sistema que está inserida, para que interferências federais não representem caos, mas sempre oportunidades. Como exemplo, tem-se a taxa SELIC, que norteia muitas operações, e que devido sua queda abrupta, ocasionou também os seus impactos. Um deles foi a mudança da remuneração da

poupança, uma das medidas de investimento mais utilizadas pela população e também uma potencial fonte de capital de giro para os bancos.

A fim de comparar os vários impactos que a baixa da taxa SELIC desencadeou ultimamente, será realizada uma retrospectiva às diversas intervenções ministradas pelo governo até os dias atuais e ademais, quais foram os níveis de efetividade alcançados, para elencar os pontos positivos e negativos sentidos em cada setor estudado, se são simultâneos, comuns, interligados, dependentes, enfim, qual a relação vivenciada por parte de cada departamento.

Para realização da presente pesquisa, que se encontra em andamento, está sendo utilizado o método descritivo e explicativo, de acordo com sua finalidade; e também é estudo bibliográfico e de campo.

Para entender, este tipo de universo se faz necessário compreender o significado e o modo como a pesquisa se dá e, para tanto, contextualizar a metodologia quantitativa e qualitativa.

De acordo com Minayo (2001, p. 22):

Não existe um 'continuum' entre 'qualitativo-quantitativo', em que o primeiro termo seria o lugar da intuição, da exploração e do subjetivismo; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido objetivamente e em dados matemáticos. [...] A diferença é de natureza. [...] O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Minayo (2001, p. 16) entende por metodologia, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e se encontra sempre referida a elas. Para Lênin (apud MINAYO, 2001, p. 16) “[...] o método é a alma da teoria [...]”, como forma de articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

No ambiente abordado na pesquisa, caracterizam-se como sujeitos intermediários os diretores dos bancos comerciais com superintendência regional na cidade de Franca. Será feita uma abordagem sistêmica considerando três setores da economia francana, os quais, primário, secundário e terciário. Os dados fornecidos para a pesquisa decorrerão de entrevistas com perguntas abertas e estruturadas a dois dirigentes de cada um dos setores elencados bem como com dois superintendentes de bancos comerciais ativos na cidade de Franca.

Globalização e o Sistema Financeiro Nacional

Numa sociedade cultuada pela globalização, pode-se dizer que tudo e todos estão interligados, sendo que as barreiras podem ser facilmente superadas através da internet, juntamente com as redes sociais, ou por meio do próprio celular e toda a tecnologia de informação que o mundo moderno nos oferece. As diferenças culturais foram totalmente desmistificadas e a própria sociedade já está se auto-inserindo onde deseja, através de cursos de idiomas, intercâmbios e ofertas de emprego no exterior.

A globalização mantém estreita relação com os preços das mercadorias, já que as organizações buscam baratear a produção, contratando mão-de-obra de um país, projeto e desenvolvimento do produto de outro, e matéria-prima de um terceiro, já que cada nação oferece um diferencial em respectivo setor, o que agrega valor ao produto, reduzindo seu custo de fabricação e podendo ser comercializado por um preço menor, além de exportado mantendo sua competitividade.

No ambiente sócio-corporativo em que estamos inseridos, cuja globalização atinge todos os níveis hierárquicos da população em diferentes escalas, é possível deduzir que a economia mundial norteia os mercados tanto nacional quanto internacional. De acordo com Assaf Neto (2012) no Brasil, possuímos um amplo sistema, designado Sistema Financeiro Nacional - SFN, que engloba vários elementos, como Conselho Monetário Nacional – CMN, o Banco Central do Brasil – BACEN, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Banco do Brasil – BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Caixa Econômica Federal – CEF e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O SFN é um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa operações advindas da circulação da moeda e/ou do crédito, ou seja, é um sistema detentor do poder, cujo objetivo primordial é manter a economia de forma estável, estimulando o crescimento e progresso do país.

O CMN desempenha variadas funções, dentre as quais, autorizar a produção do papel-moeda, fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras bem como manter o controle sobre a liberação de crédito, coordenar as políticas orçamentária, financeira e da dívida pública, fiscalizar para que as regras nacionais

sejam respeitadas e seguidas pelos bancos estrangeiros, publicar planos da política cambial, regular o valor da moeda, tanto em âmbito externo, quanto interno.

As principais funções do BACEN segundo Assaf Neto (2012) são estabelecer condições para a atuação das instituições financeiras no mercado bem como autorizar o funcionamento diante das normativas moldadas pelo CMN, controlar e também realizar operações de empréstimos e descontos bem como receber depósitos compulsórios dos bancos, emitir o papel moeda, executar operações de compra e venda de títulos públicos federais, controlar a liquidez do mercado e também o crédito derivado do capital estrangeiro.

Merece ser destacado o COPOM – Comitê de Política Monetária, órgão criado pelo BACEN, que possui como função definir as taxas de juros, a meta da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, as diretrizes da política monetária e ainda analisar os relatórios de inflação.

A CVM é constituída por um presidente e quatro diretores nomeados pelo Presidente da República e possui como principal objetivo o fortalecimento do mercado de ações. No entanto, estimula o investimento nas bolsas de valores e agrega valor às empresas de capital aberto.

O BB mantém sua função como principal agente em âmbito financeiro do Governo Federal, desempenhando funções como receber tributos federais, efetuar pagamentos em relação ao orçamento da União, estabelecer preços mínimos aos produtos do setor agropecuário, efetuar a compensação de cheques além de executar a política do comércio exterior.

O BNDES desempenha como principal função a liberação de crédito em forma de financiamentos a longos prazos e baixos juros destinados às pessoas jurídicas, o que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do país, estimula a exportação, incentiva a melhoria da produtividade e promove, sem dúvidas, a expansão do empreendimento.

Em relação às Caixas Econômicas Federais, Assaf Neto (2012) afirma que são instituições financeiras públicas que operam com objetivo de caráter social. Dentre suas atividades comuns aos bancos comerciais e múltiplos, estão a concessão de cadernetas de poupança, empréstimos e financiamentos além da mobilização do crédito imobiliário. Assume ainda a administração das loterias federais e detém a grande maioria das arrecadações do FGTS, este sendo sua principal fonte de recursos.

Já a Secretaria do Tesouro Nacional possui como objetivo averiguar as despesas e receitas públicas auferidas por período. Faz parte de suas atividades gerir e controlar a dívida pública externa e interna da União, bem como divulgar relatórios com os dados coletados para toda a população.

Processo Inflacionário e Meios de Controles

A inflação pode ser definida, segundo Marinho (1996), como o aumento generalizado e contínuo dos preços, ou seja, é resultado de um desequilíbrio econômico. Assim sendo, pode-se dizer que a partir do momento que influencia de forma negativa, repressora, no poder aquisitivo do consumidor, gera problemas gravíssimos na sociedade, uma vez que provoca a desestabilidade da economia, reduz a demanda por falta de recursos, condiciona as empresas a demitirem seus colaboradores, desestrutura as próprias entidades, que muitas vezes, não resistem às pressões da inflação, submete grande parte da população a viver em condições subalternas, enfim, provoca desequilíbrios em todo o sistema econômico do país.

Os estruturalistas constituem um grupo de pensadores que priorizam as estruturas na compreensão de todo um sistema, ou seja, buscam compreender a realidade através das inter-relações, defendem a ideia de que a inflação é necessária ao se pensar em desenvolvimento.

Já os monetaristas têm suas ideias baseadas no liberalismo econômico e na teoria neoclássica da formação de preços, abominando a ideologia do laissez-faire, tenta explicar a inflação a partir do desequilíbrio no que se refere às políticas de âmbito financeiro, o que desperta certa pressão entre a demanda e oferta dos bens e serviços, que por não se manterem ajustadas, provocam distorções no processo inflacionário.

Como compara Marinho (1996, p.150):

[...] Os monetaristas apontam como causa do crescimento dos preços a expectativa inflacionária existente que explica a elevação da taxa de juros, da demanda salarial e dos reajustes sistemáticos da taxa de câmbio. Enquanto isso, os estruturalistas apontam como elemento causador da inflação a organização do mercado [...]

Certamente mais recente, também surgiu outro grupo de especialistas, denominados inercialistas, que são defensores do fato de que a inflação possui um mecanismo que a torne resistente à queda, ou seja, por que os preços estavam altos

no passado, hoje estes devem subir e serão obrigados a se ajustarem também no futuro. Pode-se dizer que se trata de uma crença à inércia.

Para mensurar a inflação, existem diversos índices diferentes. Em todos eles considera-se um conjunto de bens e serviços distintos denominados de “cesta” como base de cálculo. A partir de então é feita uma média geral dos índices para se determinar a taxa da inflação.

A inflação pode ter como causa os custos, a demanda, ou ainda uma conjugação destes dois fatores, além de outros fatores diversos. A inflação que tem como causa os custos tem como premissas o aumento dos custos de produção, por exemplo, elevação de taxas de juros, salários, impostos, etc. o que ocasiona à alta nos preços. Já a inflação de demanda é apresentada por um excesso de rendimentos existentes na economia, que por consequência, eleva os preços e salários em geral.

Como explica Assaf Neto (2012, p. 32):

[...] A inflação de demanda, por outro lado, é determinada pela expansão dos meios de pagamentos acima da capacidade de crescimento apresentada pela economia, produzindo assim um excesso de recursos (rendimentos) em oferta na economia. Diante de maior pressão sobre a demanda de bens e serviços, ocorrem aumentos nos salários e preços em geral, dando origem a um processo inflacionário. [...]

Além dos tipos mais comuns de inflação, pode-se também mencionar a inflação setorial, a inflação reprimida e a inflação corretiva. A inflação setorial ocorre quando a elevação dos preços atinge apenas determinada área e/ou setor, sendo bastante comum exemplos como secas ou geadas que provocam a desestruturação do mercado. A inflação reprimida, por sua vez, é uma espécie de “artificialismo” nos preços, ou seja, as autoridades utilizam-se de mecanismos reguladores que determinam os preços, censurando às organizações, já que estas não podem ajustar seus preços conforme à realidade vivenciada no período. Por fim, a inflação corretiva corresponde à uma resposta como forma de protesto à inflação reprimida, uma vez que busca eliminar esse tipo de intervenção política afim de restabelecer à estrutura do mercado de custos.

Investidores internacionais buscam países que indiquem um aumento na economia (aumento do PIB – Produto Interno Bruto – por exemplo) junto a baixos níveis de inflação. Este é um dos motivos que comprovam que “o crescimento da

economia e a inflação não devem seguir a mesma tendência, sob pena de provocar desequilíbrio na atividade econômica” como cita Assaf Neto (2012, p. 32).

Para que se equilibre a economia, quando esta mostra sinais de um processo inflacionário, as autoridades monetárias são capazes de intervir, por exemplo, através do aumento de juros, ocasionando a desaceleração da economia. Em suma, com o aumento das taxas elevam-se também os custos, o que reprime os dispêndios financeiros tanto por parte das empresas quanto pelos consumidores.

Outro exemplo de medida utilizada para o combate à inflação é a intervenção das autoridades monetárias sobre o câmbio e controle de preços e salários em geral, o que reduz a capacidade de negociação (barganha) de determinados agentes.

Levando em consideração os fatos ocorridos desde 1980, até atualmente, em torno da história brasileira de políticas ao combate à inflação Bresser-Pereira (2007, p. 233) explica:

[...] No caso Brasileiro, não houve uma preparação adequada da economia antes da adoção do sistema. Para adotar a política de metas de inflação, as autoridades deveriam ter preparado as variáveis-chave da economia a fim de que elas pudessem convergir mais suavemente. [...]

Com este raciocínio, Bresser-Pereira expôs que o Brasil deveria, antes de ter implantado sua política de metas de inflação, ter se concentrado nas taxas de câmbio e de juros em que a economia estava imersa. Focando apenas na correção da inflação, o Brasil se apressava em adotar uma nova âncora nominal. Devido a isto, o país permaneceu com uma taxa de câmbio altamente instável e por este motivo, não conseguiu atingir a meta de inflação em alguns anos. Outra consequência a esse foco foi à alta taxa de juros, como explica Bresser-Pereira (2007, p. 233):

[...] a taxa de juros real em relação à dívida pública continuou anormalmente elevada – o que envolveu elevados custos fiscais e de desenvolvimento. [...]

Levando em consideração sua história, conclui-se que o Brasil necessita de uma mudança de sua política monetária. O foco a partir de então deve ser a taxa de juros, e não mais a inflação, para que com a redução dos juros, o país

possa ter níveis internacionais de inflação, em lugar de mantê-la em torno de 5% ao ano, como afirma Bresser-Pereira (2007).

Taxa Selic - Instrumento de Política Econômica

Quatro grupos de mercado fazem parte da intermediação financeira existente no Brasil, o Mercado Monetário que trabalha com operações de curto prazo através da comercialização de papéis públicos a fim de manter a liquidez da economia.

Mercado de Crédito, como o próprio nome diz, está relacionado com a tomada de crédito, financiamentos de curto e médio prazos, sendo para empresas, através dos bancos comerciais, uma opção na aquisição de capital de giro e para pessoas físicas como renda, através das financeiras.

Mercado de Capitais, no que diz respeito às transações de médio e longo prazos, com o intuito de passar recursos dos superavitários para os deficitários.

Mercado Cambial voltado às transações entre países caracterizando o comércio internacional de recursos e não de mercadorias como importações e exportações.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão que dita as regras de implementação das Políticas Econômicas – abordadas no próximo capítulo – através dos executores Banco Central (BACEN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Pelo CMN ser do governo, seu principal instrumento de ação é a taxa SELIC, objeto de estudo deste trabalho, que é um Sistema Especial de Liquidação e Custódia, criado em 1979 pelo BACEN e pela Andima (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto), é um controlador das transações entre papéis e letras públicos, por isso é considerada uma taxa livre de risco fazendo com que seja a taxa referência para as demais transações nacionais.

Estes papéis e letras são emitidos pelo BACEN ou STN e comercializados a fim de levantar recursos para o governo suprir suas obrigações, quando negociados no sistema SELIC sua liquidação é no mesmo dia, sendo mais um motivo para esta ser considerada uma taxa livre de risco.

Para tratar dos papéis privados o governo em 1986 criou o CETIP com a mesma função do SELIC, porém sua taxa é mais elevada e acompanha a

oscilação da SELIC, considerada de risco pela sua liquidação não ser no mesmo dia.

Políticas Econômicas

As Políticas Econômicas fazem com que o governo consiga agir sobre a sociedade. São Elas: Políticas Monetária, Fiscal e Cambial.

De acordo com Assaf Neto (1999) as políticas Monetárias visam a intervenção nos meios de pagamento e taxa de juros de crédito para controlar a oferta de crédito existente no mercado.

Executada pelo Banco Central através de Recolhimento Compulsório (porcentagem sobre depósitos à vista que os bancos comerciais realizam ao Banco Central), Redesconto Bancário (empréstimo à curtíssimo prazo – *over night* - realizado entre bancos para suprimento do déficit de caixa) e Operações de Mercado Aberto (venda de títulos públicos no mercado primário – governo e credenciadas – e secundário – privados e poupadores). Aumentando a taxa nestes instrumentos se restringe a economia e o mesmo acontece inversamente.

Políticas Fiscais interferem na arrecadação tributária e despesas governamentais, quando a carga tributária que o consumidor deve cumprir aumenta, o governo quer influenciar na renda diminuindo consumo e poupança, quando é a carga das empresas que aumenta, o governo quer desestimular o investimento e tornar o capital menos interessante, “forçando” a adquirirem recursos de terceiros como capital de giro. Se as despesas governamentais aumentam, a taxa de arrecadação diminui, crescendo a dívida pública e elevando a emissão de moeda e títulos públicos.

Políticas Cambiais denota a expansão da economia e o desenvolvimento econômico através das taxas de câmbio inerentes às atividades internacionais realizadas, a fim de manter uma estabilidade entre importações e exportações.

Nenhuma Política Econômica pode ser aplicada em sua máxima, deve-se sempre procurar o equilíbrio entre elas para que não haja crises econômicas proveniente dos efeitos isolados de cada uma que interferem na aplicação de outra.

Instituições Financeiras Bancárias

Os bancos podem ser considerados os articuladores e ou protagonistas do setor financeiro e são classificados em três grandes categorias: bancos comerciais, bancos de investimento e bancos múltiplos.

Pode-se definir banco comercial como uma instituição financeira, pública ou privada, responsável por conceder créditos para financiamentos tanto para pessoa física quanto jurídica. Além disso, deve-se acrescentar em suas funções o fato de receberem depósitos à vista e a prazo.

Já um banco de investimento é necessariamente uma instituição privada, que possui como principal objetivo financiar capital de giro ou fixo para manter a atividade produtiva de empresas; além disso, é responsável pela organização e administração de fundos de investimento, lançamento de ações, bem como administração de carteiras de valores e assessoria de negócios.

Unindo-se as duas categorias formam-se os bancos múltiplos, realiza todos os tipos de transações, mantendo no mínimo duas carteiras, sendo uma delas, necessariamente, comercial ou de investimento. Considera-se que o banco múltiplo seja um banco completo no que se refere a serviços disponíveis para atendimento às necessidades do cliente.

Sabe-se que uma das premissas da política monetária defendida pela presidenta Dilma Rousseff é a redução das taxas básicas de juros da economia e seguindo esse mesmo preceito, a redução das taxas de juros oferecidas pelos bancos comerciais na concessão de crédito ao consumidor. Para a consolidação dessa política, é necessário, em primeiro lugar, segundo a presidenta, reduzir o “*spread* bancário”, que é a diferença entre a taxa que os próprios bancos pagam ao captarem recursos e a taxa cobrada pelos bancos ao emprestar esse mesmo dinheiro à pessoas físicas ou jurídicas.

Pode-se dizer que para uma redução sadia das taxas de juros, sem que haja prejuízos para nenhuma das partes envolvidas e para que o progresso possa ser alcançado, faz-se necessário reduzir também a margem líquida do banco, ou seja, seus ganhos, os *spreads* bancários; a inadimplência, e por fim, o compulsório e os impostos. O que se pode perceber é que para o avanço almejado é preciso que o banco, o cliente e o governo cooperem ao mesmo tempo por um objetivo comum.

Os impactos sofridos nas organizações são literalmente os objetivos que o governo espera alcançar com as Políticas Econômicas.

Os Bancos Comerciais públicos e privados exercem, em suma, iguais funções, repassando taxas em qualquer serviço recebidas verticalmente pelo governo. Claro que os públicos como a Caixa Econômica Federal têm produtos à menor valor quando se trata de crédito, uma vez que, seus recursos são provenientes também do cofre público, porém essa diferenciação se faz relevante apenas quando se estuda a competitividade entre os bancos e quando se visa os impactos nas organizações.

Estas sentirão as ações do governo no seu cotidiano, pois a economia é interligada de tal maneira que os repasses sempre chegam ao consumidor final.

Numa organização o administrador deve estar atento ao crescimento da economia, intenções do governo e instrumentos utilizados para que qualquer mudança leve à tomada de decisão assertiva.

Mas informações em demasia não é sinônimo de melhores decisões nem melhores resultados, é necessário que se saiba o que fazer com a informação, onde ela atinge o negócio, como prevenir para que a empresa não fique à mercê do mercado podendo ir à falência.

É de suma importância que os impactos das baixas nas taxas sejam positivos numa organização, porque estes significam incentivo, incremento, poder de investimento e maior consumo ao mercado. É quando o governo permite que se dê um “*up*” nas vendas, praticando menores preços, investindo no imobilizado, sendo assim uma oportunidade para ganhar da concorrência com diferenciais nos produtos e serviços.

Contextualização da Cidade de Franca

A cidade de Franca objeto de estudo da presente pesquisa, está situada na região Nordeste do estado de São Paulo, possui um clima tropical de altitude por estar localizada no planalto, é considerada a 74ª maior cidade do Brasil e foi fundada em 3 de dezembro de 1805 por Hipólito Antônio Pinheiro. Em relação à economia da cidade, destaca-se a agricultura no setor primário, uma vez que Franca é um dos maiores municípios produtores de café. Já no setor secundário, pode-se ressaltar que Franca é uma cidade primordialmente industrial, conhecida como a

“Capital do Calçado”, é a maior produtora de calçados masculinos do país. O setor terciário é composto pelos comércios e ainda pelos notórios investimentos em tecnologia de informação, sendo responsável pela difusão de conhecimento tecnológico à população.

Considerações finais

O presente trabalho tem a pretensão de expor os impactos de âmbito positivo e negativo que a redução da taxa SELIC gera na gestão e no desenvolvimento das organizações na cidade de Franca.

Um estudo sobre todo o Sistema Financeiro Nacional e oscilações da inflação se faz necessário para compreender o SELIC que norteia as ações do governo, através das Políticas Econômicas.

Analisando a política de manutenção da taxa SELIC bem como os impactos gerados tanto positivos quanto negativos, há uma forte propensão à melhoria relacionada à informação e à gestão das organizações.

A redução da taxa SELIC tende a provocar impactos positivos às organizações, tais como redução de custos, podendo levar ao aumento da margem de lucro, bem como à alternativas para melhores negociações; amplia a demanda, gerando um fluxo maior de clientes; intensifica o poder de barganha das empresas em relação aos seus fornecedores, viabilizando a integração do planejamento aos objetivos almejados; e estende o investimento por parte das organizações.

No entanto, pelo fato da pesquisa não ter sido concluída, não é possível afirmar ou contradizer os resultados apresentados.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 373.

_____. *Mercado financeiro*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 322.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação*. 1. ed. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2007. p. 325.

CHIACHIRI, José. *Vila Franca do Imperador*. 1. ed. São Paulo: O Aviso de Franca, 1967. p. 185.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 8. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark LTDA, 1996. p. 371.

GLENIA, Fabíola. Sob pressão, bancos reduzem juros; veja as taxas médias cobradas. *G1. Economia. Seu Dinheiro*, São Paulo, 29 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/09/sob-pressao-bancos-reduzem-juros-veja-taxas-medias-cobradas.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. 1. ed. São Paulo: MAKRON books do Brasil, 1999. p. 309.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. *Economia brasileira: fundamentos e atualidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 197.

LISBOA, Lázaro Plácido. *Manual de contabilidade dos fundos de investimento – FIECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras)*. 1. ed. São Paulo, 1998. p. 203.

LITTERER, Joseph A. *Análise das organizações*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1970. p. 521.

MARIANO, Jefferson. *Introdução à economia brasileira*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 117.

MARINHO, Henrique. *Política monetária no Brasil: da teoria à prática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 197.

MARTELLO, Alexandro. Bancos privados têm margem para reduzir juros, diz Mantega. *G1. Economia. Seu Dinheiro*, São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/bancos-tem-margem-para-reduzir-juros-diz-mantega.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

MAYER, Martin. *Os banqueiros (The Bankers): um best seller internacional sobre o grande mundo dos bancos e dos banqueiros modernos*. 1 ed. São Cristóvão – RJ: Artenova LTDA, 1981. p. 487.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: _____. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT*. 2. ed. Franca: Uni-FACEF, 2008. p. 45.

PALERMO, Alfredo. *A Franca: apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente*. 1 ed. São Paulo: COPGRAF, 1980. p. 211.

SÁ, Jayme Magrasi de. *Aspectos da economia brasileira*. 1. ed. Rio – São Paulo: Alba LTDA, 1970. p. 198.

SAUNDERS, Anthony. *Administração de instituições financeiras*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 663.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Economia básica*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 280.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 104.

VIDIGAL, Gastão Eduardo de Bueno. *Bancos e finanças: aspectos da política financeira brasileira*. 1 ed. 1981. p. 157.